

Violência de gênero, racismo e LGBTTfobia: #NãoQueroSerAPróxima

A Campanha 21 Dias de Ativismo pelo **Fim da Violência contra as Mulheres** é uma iniciativa anual para estabelecer um elo simbólico entre o enfrentamento da violência de gênero e do racismo com a defesa dos direitos humanos, enfatizando que essas violências constituem graves formas de violação de direito. Por essa razão, aqui no Brasil, o Dia 20 de Novembro (**Dia da Consciência Negra**) e o Dia 25 de novembro (**Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres**) marcam o início da Campanha e o Dia 10 de dezembro (**Dia Internacional dos Direitos Humanos**), o seu encerramento.

#NÃOQUEROSERAPRÓXIMA
DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - 25/11



O Instituto Patrícia Galvão convida a todas e todos para que se engajem nesta Campanha, que tem o objetivo de contribuir para alertar, denunciar e mobilizar sobre a urgência de medidas de prevenção, responsabilização e erradicação da violência contra as mulheres e do racismo e sobre a necessidade de avançar no desenvolvimento de políticas públicas de proteção aos direitos humanos.

Nestes 21 dias, o Instituto Patrícia Galvão divulgará por meio das redes sociais dados que dão uma dimensão da gravidade e da urgência de enfrentar a violência de gênero, o racismo estrutural, a LGBTTfobia e a violência institucional, denunciando as desigualdades e as violações de direitos, em especial neste momento de insegurança política em que se estimulam a violência e a intolerância com a diversidade, as questões de gênero, as ações afirmativas e o enfrentamento de todas as formas de discriminação e desigualdade.

Divulgue os dados e **baixe as peças** para compartilhar via [Instagram](#) e [Twitter](#).

Compartilhe: **#NãoQueroSerAPróxima**

[Pelo direito das mulheres de ir e vir](#)

O dia 25 de novembro é celebrado como dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, data que nos impõe reflexões sobre o combate a todas as formas de violência de gênero, seja ela doméstica ou aquela que se dá em espaços públicos. No Brasil, o debate sobre violência e assédio em espaços públicos tem crescido nos últimos anos, especialmente em decorrência das denúncias feitas por mulheres sobre assédios e estupros sofridos dentro do transporte público.

[\(HuffPost Brasil, 24/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Qualquer reflexão sobre este problema, com o intuito de indicar respostas e demandas, deve passar fundamentalmente pelo combate ao machismo e à cultura do estupro. De forma mais imediata, é preciso também incluir no debate e na proposta medidas por parte das autoridades reguladoras que garantam melhores condições no serviço de transporte público, eliminando questões estruturais que o tornam inseguro para as mulheres, além da responsabilização dos perpetradores de qualquer tipo de violência de gênero nesses espaços.

Leia mais:

[ONU Brasil promove, em 29/11, Tenda sobre os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres \(ONU Mulheres, 28/11/2016\)](#)

[Imobilismo é inaceitável no combate à violência de gênero, diz ONU Mulheres \(ONU Brasil, 25/11/2016\)](#)

[Tribunal facilita consulta à jurisprudência sobre violência de gênero \(STJ, 25/11/2016\)](#)

[Campanha do Governo Federal chama a atenção para a violência sexual contra as mulheres \(SPM, 25/11/2016\)](#)

[Desrespeitar a vontade da mulher é um sinal de machismo \(Portal Brasil, 25/11/2016\)](#)

[Uma pandemia de violência contra as mulheres \(El País, 25/11/2016\)](#)

[A violência oculta, editorial do jornal El País \(El País, 25/11/2016\)](#)

[Dia Internacional do Combate à Violência contra a Mulher \(Revista Glamour, 25/11/2016\)](#)

[Estupros coletivos, a barbárie sexual do Brasil \(El País, 25/11/2016\)](#)

[Campanha quer combater pequenas atitudes que levam à violência contra a mulher \(Agência Brasil, 25/11/2016\)](#)

Ônibus, trens e metrô superlotados, falta de treinamento dos funcionários dos serviços para lidar com situações de assédio e estupro, pontos de ônibus localizados em áreas desertas e em ruas escuras, altos preços das passagens e a falta de inclusão das mulheres no planejamento urbano são algumas das questões estruturais que precisam ser revistas, se de fato quisermos combater a naturalização da violência contra as mulheres em nossas cidades.

Precisamos levar em consideração que as mulheres costumam utilizar o transporte público de maneira diferente dos homens. Em geral, elas são responsáveis pela maioria das atividades como cuidadoras de idosos, doentes e crianças de suas famílias, funções que conciliam com seus empregos e as fazem usar o transporte com mais frequência e de maneira mais complexa. Para as mais pobres, rotas alternativas e inseguras se tornam uma opção quando os preços dos bilhetes são caros demais para seus orçamentos, o que as torna ainda mais vulneráveis.

Um estudo feito pela ActionAid para marcar a data, que inicia os 16 Dias de Ativismo pelo Fim

da Violência contra as Mulheres, encerrados no 10 de dezembro, Dia Internacional da declaração dos Direitos Humanos, traz recomendações de medidas a serem adotadas pelos governos nos mais diversos países para que o transporte público seja seguro para as mulheres. O texto foca no serviço de ônibus, uma vez que ele é mais facilmente comparável nos diferentes países. Em linhas gerais, é preciso levar a perspectiva das mulheres em consideração no planejamento urbano e pensar a mobilidade como um direito, e resultado da integração de uma série de serviços.

Entre as sugestões mais específicas, estão: promover iluminação adequada nas ruas e nos terminais de ônibus e estações de trens; oferecer itinerários que se interconectem e pontos de ônibus bem localizados que diminuam o tempo de caminhada; oferecer banheiros e áreas de espera separados nos terminais e estações de trens; instalar botões do pânico e câmeras de segurança nos veículos; melhorar a iluminação interna dos ônibus; garantir o uso de cartões de pagamento para evitar o uso de dinheiro, reduzindo assim, o risco de assaltos; regular o transporte público para que os horários, itinerários e sistemas de tarifas respondam às necessidades das mulheres; assegurar a oferta de uma quantidade adequada de transportes públicos para suprir as necessidades da população e reduzir a superlotação; garantir a oferta de transporte adequada nas áreas de periferias; difundir informações sobre formas de denúncia a situações de assédio; desenvolver estratégias e ações afirmativas para incentivar a contratação de mais mulheres para o trabalho no setor de transporte urbano; conduzir ações de treinamento sobre questões de gênero em todos os níveis funcionais das autoridades do setor de transporte e dos concessionários; garantir a participação das mulheres nos conselhos sociais referentes a diferentes serviços implicados na mobilidade e no planejamento urbano; assegurar a responsabilização dos perpetradores da violência contra a mulher dentro do transporte; e promover campanhas de sensibilização.

É claro que cada país e cidade têm seu contexto e sua cultura, que precisam ser levados em consideração na hora de elaborar uma política que vise à qualificação do serviço de transporte sob a perspectiva de gênero. Mas este é um caminho que não deve ser ignorado, uma vez que os países são signatários de compromissos internacionais e regionais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, como os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), acordados ano passado na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Promover o acesso das mulheres a um transporte público de qualidade é promover o acesso a serviços e oportunidades de emprego, educação, saúde e lazer, garantindo melhores condições de vida e, em última instância, igualdade de gênero.

**Texto escrito por Marcelo Montenegro, coordenador internacional da Campanha Cidades Seguras para as Mulheres, da ActionAid*

[25 de Novembro: Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, por Lara](#)

Brenner

No dia 25 de novembro de 1960, as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas pelo ditador Rafael Leônidas Trujillo, da República Dominicana. As três combatiam fortemente aquela ditadura e pagaram com a própria vida. Seus corpos foram encontrados no fundo de um precipício, estrangulados, com os ossos quebrados. As mortes repercutiram, causando grande comoção no país. Pouco tempo depois, o ditador foi assassinado.

(Revista Bula, 23/11/2016 - acesse no site de origem)

Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas instituiu 25 de novembro como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem às “Mariposas”. Ou seja, durante um dia no ano, incitam-se reflexões sobre a situação de violência em que vive considerável parte das mulheres em todo o mundo.

Mutilação genital é realizada em cerca de 3 milhões de meninas e mulheres por ano (Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF).

No Brasil, 43% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é semanal (Centro de Atendimento à Mulher). Em média, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada em nosso país. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Mais de 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados durante a próxima década (UNICEF).

Num ranking mundial que analisou a desigualdade de salários em 142 países, o Brasil ficou na posição 124 (Fórum Econômico Mundial). Vão se passar 80 anos para que elas ganhem o mesmo que eles. Igualdade de salários só em 2095 (Fórum Econômico Mundial).

Ronda Rousey, maior lutadora de UFC da história, ganha um terço do que um campeão masculino da mesma modalidade recebe. Meryl Streep, estrela hollywoodiana recordista de indicações ao Oscar, ganha menos da metade do que os colegas de profissão mais bem pagos.

As brasileiras ganham, em média, 76% da renda dos homens (IBGE). Apenas 5% de cargos de chefia e CEO de empresas são ocupados por mulheres (OIT).

Em todo o mundo, 52% das mulheres economicamente ativas já sofreram assédio sexual no ambiente de trabalho (OIT).

“Crimes de honra” são homicídios de mulheres, jovens ou adultas, a mando da própria família, por alguma suspeita ou caso de “transgressão sexual” ou comportamental, como adultério, recusa de submissão a casamentos forçados, relações sexuais ou gravidez fora do casamento — mesmo se a mulher tiver sido estuprada. O crime é praticado para não “manchar o nome da família”. 5 mil mulheres são mortas por crimes de honra no mundo por ano (ONU).

70% de todas as mulheres do planeta já sofreram ou sofrerão algum tipo de violência em, pelo menos, um momento de suas vidas — independente de nacionalidade, cultura, religião ou condição social (ONU).

A causa do dia 25 de novembro não é apenas a da mulher mutilada, nem a que ganha menos para exercer o mesmo cargo. Não é apenas a da mulher que sofre humilhação velada por se decretar livre em um país que se diz civilizado, nem a da negra, que muitas vezes suporta a dupla rejeição, tanto por seu sexo quanto por sua cor.

Essa causa é humanitária. É minha e sua, das crianças e idosos, dos ricos e pobres, dos brancos, pretos e coloridos. Não é preciso ser politicamente correto ou pertencer a algum partido.

Muito se discute acerca do nome “feminismo”, cogitando-se que sua ala extremista lhe tenha conferido feições degradantes. A própria atriz Meryl Streep, que denunciou seu salário absurdamente mais baixo, comparado ao dos colegas, chegou a afirmar que não é feminista, mas apenas “humanista e a favor do equilíbrio perfeito”. Mais tarde se justificou, falando ter sido a aceção da palavra modificada, mas que se identifica com seu sentido original.

Não é possível que um simples nome seja capaz de desmorrar uma causa tão grande. Que se autodenominem feministas, humanistas, humanitários, ou guerreiros. Eu sei, eu sei, “feminismo” é a luta pela igualdade e muito me orgulho de escrever tal nome na testa, mas, se algum irmão ou irmã preferir adotar outra nomenclatura e lutar pela mesma causa, estaremos lado a lado.

Mais do que nomear a causa, é hora de colocá-la em prática, de despertar a consciência e não aceitar que um tapa na cara seja — literal ou metaforicamente — motivado pela existência de um órgão genital. É hora de perguntar com honestidade: “Será que contribuo de alguma forma para essa barbárie?”, “O que posso fazer para combatê-la dentro de meu microcosmo?”

Não é preciso muito para lutar por um mundo melhor. Basta que haja um coração pulsante e sangue correndo nas veias.

Mundo se ilumina de laranja contra violência a mulheres e meninas

(Rádio ONU, 25/11/2015) O Dia Internacional para Eliminação da Violência a Mulheres é celebrado nesta quarta-feira, 25 de novembro e marca o início de 16 dias de ativismo contra violência de gênero. A iniciativa termina em 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos. Segundo a ONU Mulheres, mais de 450 eventos estão planejados em mais de 70 países. Marcos e monumentos em diversas partes do mundo, como as ruínas de Petra e as cataratas do Niágara serão iluminados de laranja, cor escolhida para simbolizar um mundo sem violência contra mulheres e meninas.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Mundo se ilumina de laranja contra violência a mulheres e meninas \(Rádio ONU, 25/11/2015\)](#)

Viva Maria lembra o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

(Rádios EBC - 23/11/2015) Na semana do 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, o programa Viva Maria destaca a importância de práticas de prevenção e denúncia. O Disque 180 e a Lei Maria da Penha são instrumentos que fazem a diferença no enfrentamento à violência. Para falar sobre o assunto, o programa entrevistou a mulher que dá nome a essa lei, Maria da Penha.

Ouça aqui o áudio da matéria: [Viva Maria lembra o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Viva Maria lembra o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher \(Rádios EBC, 23/11/2015\)](#)